



MARCELO CASAL/AGÊNCIA BRASIL

Pesquisa identifica 685.629 notificações, diz Saúde

Em 5 anos, denúncias de violência infantojuvenil crescem 125%

As denúncias de violência contra crianças e adolescentes mais que dobraram no decorrer da década, segundo dados do Ministério da Saúde. Em 2020, o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan) recebeu 73.635 ocorrências, número que subiu para 165.413 em 2025, representando crescimento de 125%.

Os dados foram analisados pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e divulgados nesta terça-feira (30). Segundo a pesquisa, entre 2020 e 2025, o Sinan recebeu 685.629 notificações que envolviam vítimas de 0 a 18 anos.

A grande maioria das denúncias foi protocolada por garotas. Enquanto os meninos aparecem em 38% dos casos, as meninas e adolescentes do sexo feminino representaram 62% das vítimas.

Ditadura: famílias recebem novas certidões

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) entregou nesta terça-feira (30) uma nova remessa de certidões de óbito retificadas de pessoas mortas e desaparecidas durante a ditadura militar brasileira, no período de 1964 a 1985. Esta foi a oitava entrega de certidões corrigidas desde 28 de agosto de 2025. Um total de 95 certidões corrigidas foram emitidas para serem entregues aos familiares na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, e 24 foram entregues.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Documentos corrigem causa da morte

Militares e medicamentos na Venezuela

A Força Aérea Brasileira (FAB) enviou à Venezuela, na terça-feira (30), um contingente de militares da Marinha e equipamentos para uma estrutura hospitalar móvel com o intuito de reforçar o atendimento às vítimas dos terremotos que atingiram o país na última semana. O voo humanitário decolou da Base Aérea do Galeão (RJ) às 12h10 de terça (30) com o objetivo de expandir o hospital de campanha brasileiro já em atividade na cidade de La Guaira e levar equipes especializadas em resgate e saúde.

FAB já enviou cinco aeronaves para apoio

Esse é o quinto voo realizado pela FAB em apoio à Venezuela. Também seguem para o país latino técnicos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com analisadores de espectro e de antenas direcionais de alta sensibilidade, utilizados para localizar sinais de celulares sob os escombros. Como parte do suporte médico humanitário, o KC-30 fez uma escala programada na Base Aérea de São Paulo.

El Niño I

O Ministério da Saúde anunciou na terça uma série de medidas que visam preparar o SUS para os efeitos do El Niño e os impactos das mudanças climáticas na saúde. O plano prevê investimentos de R\$ 9,8 bi para aumentar a capacidade de preparação e resposta da saúde pública a eventos climáticos extremos, incluindo 27 metas e 93 ações com planejamento até 2035.

El Niño II

Outra ferramenta prevista é o Painel Nacional de Excesso de Calor, desenvolvido para apoiar ações de vigilância, prevenção e resposta aos riscos associados ao calor extremo, incluindo um sistema de alerta precoce com até cinco dias de antecedência. As ações incluem ainda a expansão da Força Nacional do SUS para oito bases nas cinco regiões.

Estado pede desculpa I

Em uma iniciativa para enfrentar a ausência de respostas judiciais a crimes cometidos por agentes públicos, o Estado brasileiro reconheceu, nesta terça-feira (30), sua responsabilidade internacional por graves violações de direitos humanos em dois casos em trâmite na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Estado pede desculpa II

A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Janine Mello, pediu desculpas às famílias de Maicon de Souza Silva e Renato da Silva Paixão em razão de violações de direitos humanos em operação policial ocorrida em 1996, no Rio de Janeiro, que resultou na morte de Maicon, de 2 anos, e deixou Renato, com 6 anos, gravemente ferido.

Vacina contra HPV I

O Ministério da Saúde prorrogou a vacinação de adolescentes de 15 a 19 anos contra o HPV até 31 de dezembro deste ano. A estratégia de resgate vacinal de jovens que não receberam a dose na idade recomendada seria encerrada este mês. Em ofício, a pasta reforçou a importância do resgate vacinal para a ampliação do acesso de adolescentes.

Vacina contra HPV II

Dados coletados até junho deste ano indicam que 287.647 adolescentes com idade entre 15 e 19 anos foram imunizados contra o HPV, sendo 124.172 do sexo feminino e 163.502 do sexo masculino.

A vacina contra o HPV faz parte da rotina do calendário nacional para crianças e adolescentes de 9 a 14 anos.



Vagas são para agente de pesquisas e mapeamento e de supervisor de coleta

Candidatos autistas devem concorrer a vagas no IBGE

MPF assegurou direito a inscrição de 354 candidatos com TEA

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) assegurou o direito de 354 candidatos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a concorrerem às vagas reservadas para pessoas com deficiência (PCD) nos processos seletivos simplificados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As vagas são para os cargos de agente de pesquisas e mapeamento e de supervisor de coleta e qualidade.

A procuradora da República Marina Filgueira instaurou a investigação a partir da representação de um candidato diagnosticado com TEA que teve sua inscrição na modalidade PCD indeferida sob o argumento de que seu laudo médico não indicava a data de início da doença, conforme exigido pelo edital.

Para o MPF, a exigência configurava uma barreira intransponível e tecnicamente incompatível com condições congênitas e permanentes do neurodesenvolvimento, apresentando contornos de discriminação técnica e de violação das normas de proteção às pessoas com deficiência.

Para evitar a violação de direitos coletivos, o MPF

fez gestões junto ao IBGE e à Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela organização do concurso.

A FGV reconheceu o equívoco das cláusulas limitadoras e publicou as listas de deferimento das inscrições dos candidatos que haviam sido irregularmente excluídos.

Ao todo, 354 candidatos foram reintegrados às listas oficiais de inscritos na condição de pessoa com deficiência, distribuídos em dois certames.

Para a procuradora Marina Filgueira, o resultado mostra que os instrumentos de tutela coletiva podem resolver conflitos de forma eficaz, sem necessidade de ação judicial.

“Ao obter o resultado útil de forma inteiramente administrativa, o MPF evitou a judicialização desnecessária, garantiu o cronograma dos concursos e assegurou um tratamento equânime com a imediata regularização da situação dos candidatos que haviam sido prejudicados”, disse.

Os novos atos de inclusão no resultado definitivo de inscrição na condição de pessoa com deficiência já foram formalmente publicados nos portais oficiais da FGV.